

## HISTÓRIA ORAL: A ARTE DA ESCUTA, DA FABULAÇÃO E DA SUBJETIVIDADE

*Carlos Pereira Júnior*

*“É difícil se explicar” - uma entrevista, um diálogo, uma conversa. A maior parte do tempo, quando me colocam uma questão, mesmo que ela me interesse, percebo que não tenho estritamente nada a dizer. As questões são fabricadas, como outra coisa qualquer. Se não deixam que você fabrique suas questões, como elementos vindos de todas as partes, de qualquer lugar, se as colocam a você, não tem muito o que dizer”.*

**Gilles Deleuze in Diálogos<sup>i</sup>**

O presente artigo possui como pano de fundo o curso **Memórias da Luta pela Terra e Moradia no Rio de Janeiro** promovido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (Departamento de Extensão e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), desenvolvido em parceria com o **Projeto Memórias**, executado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ.

Desta forma, seu modesto objetivo é sistematizar algumas reflexões surgidas através de uma reflexão dialógica produzida ao longo das aulas ministradas. Mesmo que elas não estejam diretamente relacionadas com as pautas destas mesmas aulas, demarca questões marginais, que de alguma forma buscam contribuir para o desenvolvimento do Projeto Memórias, afirmando a prática da escuta em história oral como uma força viva que nos transforma através das afecções produzidas pela participação neste curso.

### **1- SOBRE A POTÊNCIA DA ESCUTA E OS LIMITES DA ESCRITA**

Enquanto campo de pesquisa multidisciplinar e qualitativa, a história oral poderia ser definida como um esforço de composição, de encontros. Ou, ainda, como uma estratégia de produção de subjetividades, cuja potência é definida pela intensidade do exercício de afetar e ser afetado através da fala, da escuta e do diálogo.

Neste sentido, o historiador e literato italiano Alessandro Portelli, cuja obra é uma verdadeira bússola para qualquer um que se inicia em tal prática de pesquisa, identifica a originalidade da prática da história oral com um deslocamento, mesmo que relativo, dos protoco-

los academicistas e colonialistas, onde a fala do pesquisador, formatada e qualificada por um poder/ saber que lhe coloca sempre em condição privilegiada, é ressignificada pela estratégica sofisticação da escuta que caracteriza esta modalidade de pesquisa.

Em uma breve entrevista concedida em 2007 para um grupo de pesquisadores participantes do VI Encontro de História Oral do Nordeste, Portelli coloca a questão da relativização das relações de saber poder que perpassam o acontecimento de uma entrevista da seguinte maneira:

(...) da relação entre o entrevistado e o entrevistador, eu acredito que a coisa principal que nós temos de ter noção é esta: que se nós fazemos uma entrevista é porque o entrevistado sabe de coisas que nós não sabemos. Pode ser uma analfabeta e depois o professor, tudo aquilo. Mas, naquele momento, o titular dos conhecimentos é o entrevistado. E tanto mais quando se tratam de pessoas que, à diferença das elites, não construíram ainda uma representação escrita de si. Portanto, pessoas cujo saber é prevalentemente encarnado na voz. Então, partindo disto, creio que se construa uma coisa que uma vez eu chamei de experimento de *ugualianza*. Isto é, a ideia de que socialmente as relações de poder não são equilibradas, por certo não são igualitárias. No momento da entrevista, não é que possamos fingir que a diferença social não exista, entretanto, podemos implicitamente fazer desta diferença o tema de fundo, o tema implícito da entrevista. A entrevista é um momento no qual se encontram experiências de vida diferentes.<sup>ii</sup>

Em um outro momento, ainda sobre a relação entre entrevistado e entrevistador, ou mais especificamente, no artigo **O que faz da História Oral diferente**, Portelli nos lembra ainda que uma peculiaridade da fonte oral é justamente a de confrontar a *persona* do historiador com a subjetividade do expositor. A narrativa construída pelo depoente desabilita o passado como arquivo, como um depósito passivo dos fatos, dados a manipulação, tão ao gosto dos historiadores mais positivistas e factualistas, apologistas das fontes escritas e sua suposta “objetividade”.

A narrativa oral, como é evidente, revela a memória como um processo ativo de criação de significados e transformações do passado no presente. Fontes orais, portanto, não são “objetivas” ou “factuais”, mas “qualitativas”, na medida em que dependem daquilo que o entrevistador e o entrevistado põem em questão um ao outro, como afetam e são afetados, no contexto de suas diferentes inserções no campo de uma dada experiência social.

Como conclui Portelli no mesmo artigo,

A história oral não tem sujeito unificado; é contada de uma multiplicidade de pontos de vistas, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. “Parcialidade” aqui permanece simultaneamente como “inconclusa” e como “tomar partido”: a

história oral nunca pode ser contada sem tomar partido, já que os lados existem dentro do “contador”. E não importa o que suas histórias e crenças pessoais possam ser, historiadores e “fontes” estão dificilmente do mesmo lado. A confrontação de suas diferentes parcialidades - confrontação como “conflito” e confrontação como “busca pela unidade” - é uma das coisas que faz a história oral interessante. <sup>iii</sup>

Indo um pouco além de Portelli, ousou dizer que o sujeito da história oral é a própria narrativa como processo infinito de produção de sentido, como uma conversa infinita, pois sempre inconclusa, parcial, onde o particular toma o lugar do universal, na medida em que não remete à totalidade fechada do uno, mas à multiplicidade como universal.

## **2- SUBJETIVIDADE, SENTIDO E MEMÓRIA**

A pesquisa qualitativa baseada em depoimentos orais é, por sua própria dinâmica, inconclusa, um processo, polifônica, ou, simplesmente, um devir, para levar às últimas consequências a “parcialidade” a qual Portelli se refere.

Mesmo sem desqualificar as práticas discursivas que legitimam o saber/poder de certa historiografia neopositivista, Portelli nos convida a, em vez de privilegiar a escrita como um sistema superior, considerar as formas narracionais e oralidades contemporâneas, incorporando, assim, em nossas estratégias cognitivas, a subjetividade como dispositivo de produção do conhecimento.<sup>iv</sup> Desta forma, ele inspira uma fecunda interseção entre os campos da História Oral, da História Pública e da História do Tempo Presente, na produção de novas visibilidades, dizibilidades e saberes, inscritos em qualquer devir identitário ou pós identitário, encarnado pelo ativismo das lutas contemporâneas por direitos coletivos e representatividade.

Lembrando Maria Angela Silveira Paulilo, um dos aprendizados mais preciosos que a pesquisa qualitativa, através da história de vida e seus novos regimes de historicidade, nos oferece, é a descoberta de que cada um de nós traz dentro de si uma história fascinante. <sup>v</sup>

História esta que, mesmo que significada na primeira pessoa, apreendida como singularidade, é necessariamente uma construção social que, importante frisar, não deve ser confundido com um enquadramento coletivo demasiadamente rígido da subjetividade. Tal como sugerido por Heliana de Barros Conde Rodrigues:

(...) as identidades sociais são igualmente produzidas por processos de memorabilização, deixando por vezes de ser ferramentas de luta pela expansão

da diferença para se tornarem totalidades enquadrantes – identidades-prisão a consumir, mais do que identidades-liberdade a inventar.<sup>vi</sup>

Tomando como parâmetro suas próprias experiências com história oral, ela ainda acrescenta:

Em inúmeros autores pesquisadores durante minhas andanças pela história oral, a tentativa de historicização da dimensão subjetiva tinha por funesto resultado a emergência de arraigados substancialismos. Segundo uma fórmula que me foi muito sugerida por um excelente professor, em várias dessas tentativas, sendo *x* o sujeito, algo acontece a *x*, mas o próprio *x* não acontece; melhor dizendo, embora varie com o tempo o que se vem a representar nessa incógnita, algum lastro - a própria incógnita – mantém-se imune às construções do historiador. E a memória, no que conota de esteio ou pano de fundo, ocupa o lugar privilegiado em tal processo.<sup>vii</sup>

Não é, portanto, possível esgotar a memória através do trato historiográfico da experiência de um grupo ou categoria social, pois ela é irreduzível a uma totalidade homogênea e fechada sobre si mesma. Ela permanece sempre uma incógnita, no sentido de um valor que se busca na resolução de um problema ou equação. Tal valor, neste caso, sempre permanece indeterminado, irreduzível a qualquer solução. *X* não acontece. É sempre algo que acontece a *x*. Em outras palavras, a história oral nunca é conclusiva, ela é feita de atualizações constantes. O passado nunca é o mesmo em sua mediação com o presente.

Além disso, como ainda alerta Portelli, com relação à composição subjetiva da memória,

(...) o marco das memórias possíveis é, ao mesmo tempo, infinito, pois não há um limite para o que as pessoas possam pensar ou recordar e, também, finito, pois há um limite que está fundado sobre um acontecimento muito específico. Desta forma, quando falamos dessas memórias individuais, há uma parte disso que se pode tratar como uma ferramenta comparativa e estatística, porque há coisas que são compartilhadas e que se pode relatar, mas há outras coisas que são qualitativas, no sentido em que há o encontro entre um acontecimento, um lugar e uma subjetividade individual, uma história pessoal, individual, um passado e um futuro individuais.<sup>viii</sup>

Por outro lado, lembrando Bergson, o presente, o meu presente é por essência sensorial e motor, é consciência do corpo que exclui a lembrança pura que, não sendo extensiva, escapa à ação imanente, faz-se esquecimento, inconsciente, a margem da imagem lembrança que me define como acontecimento no aqui e agora. Como observa Deleuze, sobre a teoria da memória de Bergson,

Se temos tanta dificuldade em pensar uma sobrevivência em si do passado, é porque acreditamos que o passado já não é, que ele deixou de ser. Confundimos, então, o Ser com o ser-presente. Todavia, o presente não é; ele seria sobretudo puro devir, sempre fora de si. Ele não é, mas age. Seu elemento próprio não é o ser, mas o ativo ou o útil. Do passado, ao contrário, é preciso

dizer que ele deixou de agir ou de ser útil. Mas ele não deixou de ser. Inútil e inativo, impassível, ele É, no sentido pleno da palavra: ele se confunde com o ser em si. Não se trata de dizer que ele 'era', pois ele é o em-si do ser e a forma sob a qual o ser se conserva em si (por oposição ao presente, que é a forma sob a qual o ser se consome e se põe fora de si). No limite, as determinações ordinárias se intercambiam: é do presente que é preciso dizer, a cada instante, que ele 'era' e, do passado, é preciso dizer que ele 'é', que ele é exatamente, o tempo todo. É essa a diferença de natureza entre o passado e o presente.<sup>ix</sup>

Mas para bem compreender esta diferença de natureza entre passado e presente é preciso considerar também que, na filosofia de Bergson, o cérebro não é o órgão responsável pela memória. Ele é responsável, justamente, pela seleção das lembranças, pela descontinuidade da evocação do passado, filtrando o que é necessário à ação presente e impedindo a lembrança pura, ou a experiência de um passado integral.

Como bem observado por Vieillard-Baron,

A concepção de memória em Bergson tem isso de original, a saber, ela não implica intencionalidade. Memória designa o conjunto do passado, sua presença e sua eficácia no presente; mas ela não é uma visada de alguma coisa no passado. Temos aí algo mais do que uma psicologia; temos uma teoria integral da consciência que se desenvolverá em uma concepção nova da experiência total. Sem saber, Bergson repensou e reescreveu a Fenomenologia do Espírito de Hegel.<sup>x</sup>

Tal hipótese me parece bastante compatível com certa formulação de Pelbart em uma breve resenha da obra Bergsionismo de Deleuze, por ocasião do lançamento de sua tradução brasileira:

A duração (nome dado por Bergson ao tempo) deixa de ser apenas uma experiência psicológica, para tornar-se um caso de duração ontológica, essência variável das coisas, condição da experiência. A memória, por sua vez, não é pensada como sendo interior a nós, nós é que somos interiores a uma gigantesca Memória, imemorial e ontológica, virtual e inconsciente. O impulso vital passa a designar o movimento pelo qual o ser se atualiza, não a partir de um 'possível' ideal que o presente viria desovar, mas sob fundo de uma virtualidade (real) a ser desdobrada, diferenciada. A vida mesma é concebida como uma tal produção de diferenças - a vida é invenção.<sup>xi</sup>

É razoável, portanto, vislumbrar no pensamento de Bergson um regime de historicidade diferente daquele definido pela modernidade, enquanto campo de experiência e horizonte de expectativa orientada por uma cronologia linear, pela filosofia do progresso e o eurocentrismo.

### 3- UM NOVO REGIME DE HISTORICIDADE

Uma história que toma o testemunho e a oralidade como matéria-prima de sua construção é necessariamente uma história do tempo presente, pois ocupa-se da história como percepção, ação e afecção. Neste sentido quando aqui nos referimos ao presente, lembrando uma passagem chave de Matéria e Memória, de Bergson,

(...) a verdade é que nosso presente não deve se definir como o que é mais intenso: ele é o que age sobre nós e o que nos faz agir, ele é sensorial e é motor; nosso presente é antes de tudo o estado do nosso corpo. Nosso passado, ao contrário, é o que não age mais, mas poderia agir, o que agirá ao inserir-se numa sensação presente da qual tomará emprestada a vitalidade. É verdade que, no momento em que a lembrança se atualiza passando acima a agir, ela deixa de ser lembrança, torna-se novamente percepção.<sup>xii</sup>

É através deste passado que é em um presente que não para de deixar de ser que a narrativa se inventa como forma de *percepção* e, ao mesmo tempo, como uma “etnografia dos gestos e da audição”. Estamos aqui diante de um regime de historicidade outro, ou seja, de uma ruptura entre as categorias de espaço, experiência e horizonte de expectativa que produz uma nova inteligibilidade do tempo histórico. Tomando como referência Hartog, podemos fazer uma releitura de Bergson, que ressignifica a história oral em suas formas contemporâneas, como personificação de um regime de historicidade que se confunde com um “presentismo”, que deduz do passado que age sobre o presente, o virtual do futuro como possibilidade de produção da vida social. Trata-se aqui de um tempo fluido, tão incerto quanto à identidade humana, capaz de sempre se transformar através do passado no presente.<sup>xiii</sup>

Hartog assim apresenta esta mudança de um regime de historicidade moderno, definido por um tempo linear e voltado para o futuro, para um regime de historicidade profundamente “presentista” que hoje define nossa contemporaneidade,

Com o regime moderno de historicidade, o fervor da esperança voltou-se para o futuro, de onde provém a luz. O presente é, então, percebido como inferior ao futuro, o tempo torna-se um ator: se é levado por sua aceleração. É preciso acelerá-lo mais. O futuro está na velocidade. Pode-se também querer romper o tempo, quebrá-lo em dois, para inscrever de vez o futuro no presente. Hoje, a luz é produzida única e exclusivamente pelo presente. Neste caso (somente), não há mais nem o passado, nem futuro, nem tempo histórico, se for verdade que o tempo histórico moderno encontrou-se posto em movimento pela tensão criada entre campo de experiência e horizonte de expectativa. Será preciso estimar que a distância entre a experiência e a expectativa aumentou a tal ponto que culminou na ruptura ou que estamos, em todo caso, em um momento em que as duas categorias encontram-se desarticuladas uma em relação à outra? Que se trate de uma situação transitória ou de um estado duradouro,

resta que esse presente permanece o tempo da memória e da dúvida, da amnésia no cotidiano, da incerteza e das simulações.<sup>xiv</sup>

A definição de regime de historicidade, como instrumento cognitivo, apresentada por Hartog é bastante fluida. Afinal, o conceito não se refere a “uma realidade dada”, não é “observável” diretamente, nem se coincide com épocas e civilizações. É um instrumento restrito à temporalidade contemporânea do mundo europeu ocidental onde o triunfo do presente sobre a filosofia do progresso e seu tempo evolucionista/linear, fundado em uma causalidade mecânica, é mais ou menos evidente.

Como ele mesmo esclarece,

O uso que proponho do regime de historicidade pode ser tanto amplo, como restrito: macro ou micro-histórico. Ele pode ser um artefato para esclarecer a biografia de um personagem histórico (tal como Napoleão, que se encontrou entre o regime moderno, trazido pela Revolução, e o regime antigo, simbolizado pela escolha do Império e pelo casamento com Maria-Luisa de Áustria), ou a de um homem comum; com ele pode-se atravessar uma grande obra (literária ou outra), tal como as *Mémoires d'outre-tombe* de Chateaubriand (onde ele se apresenta como o "nadador que mergulhou entre as duas margens do rio do tempo"); pode-se questionar a arquitetura de uma cidade, ontem e hoje, ou então comparar as grandes escansões da relação com o tempo de diferentes sociedades, próximas ou distantes. E, a cada vez, por meio da atenção muito particular dada aos momentos de crise do tempo e às suas expressões, visa-se a produzir mais inteligibilidade.<sup>xv</sup>

Creio que as formulações sobre a memória desenvolvidas por Bergson nos permitem reconfigurar o conceito de regime de historicidade de modo útil ao trato com fontes orais. Pois, por seu caráter testemunhal e biográfico, elas nos confrontam com uma sensibilidade falsamente “presentista” onde, como insistimos aqui, o passado atualiza-se como presente e virtualidade através da produção de significações ou, ousaria dizer, fabulações, sempre sujeitas a revisões, composições, no entrelaçamento de depoimentos em um mosaico cada vez mais complexo e rico de produção de sentido orientadas para o presente.

Segundo Cunha,

Todo problema é que a memória não é somente um objeto da História, embora ela também o seja. O trabalho da ciência histórica, como nota Paul Ricoeur tem sido o de reduzir o problema da memória ao das lutas e embates que ocorrem em torno do seu significado. No entanto, os conflitos travados em torno da memória objeto, suas atualizações parciais, seus sentidos historicamente ressignificados, não esgotam o potencial heurístico de sua fonte enigmática. O jogo da interpretação e da representação histórica é sempre uma redução, um corte, jamais um esgotamento. Todo o nó da questão que descreve a diferença qualitativa e formal entre o ‘dever de memória’ e uma ‘memória potencial’ parece residir justamente nesse ponto. A interpretação se realiza, e nela pode-se apontar a efetuação dos desígnios do dever; mas o enigma se mantém, e nele reside uma tendência que não corresponde apenas

ao nonsense da ausência, mas ao jogo raro das imagens virtuais evidenciadas pela fabulação.<sup>xvi</sup>

Ainda, como sugere Cunha, cabe-nos abandonar a posição de investigadores do sentido que nos ensinaram para experimentar o passado como meros exploradores de significado:

Por todos os lados, fomos ensinados a agir como investigadores do sentido, procurando extrair das evidências sobre as quais nos detemos significados verdadeiros. A estrutura narrativa pela qual amarramos as pontas entre os acontecimentos costuma ser do tipo: ‘isso aconteceu, e então’... E então atribuímos um sentido provável a partir do qual se encontraria alguma orientação capaz de organizar o fado da vida. No entanto, esse exercício aparentemente saudável, sustentado no ‘paradigma indiciário’ que se concentra em ‘fazer brotar das evidências significados verdadeiros’, não esgota o problema complexo da temporalidade. E se o sentido viesse depois? E se ao invés de investigadores do sentido pudéssemos experimentar o passado como meros exploradores da significação fendida?<sup>xvii</sup>

É em torno desta significação fendida que o acervo do Projeto Memórias vem se construindo como um dispositivo de escuta e de um dizer minoritário consagrado àqueles que compartilham a experiência de uma luta social, inventando um circuito afetivo, identitário, afirmando a potência da composição de corpos compósitos na invenção social da vida.

#### **4- O PROJETO MEMÓRIAS: UM ACERVO EM CONSTRUÇÃO**

O acervo do Projeto Memórias da Luta pela Terra e Moradia do ITERJ, ainda em fase de construção e institucionalização, reúne diversos registros audiovisuais e entrevistas realizadas a partir de 2013 com inúmeras lideranças, assentados rurais, moradores de favelas e comunidades, além de quilombolas e povos originários, espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro, bem como com autoridades, servidores públicos e diversos outros personagens que em algum momento participaram direta ou indiretamente da experiência da luta pela terra e pela moradia deste estado.

Dada a pluralidade dos depoentes, geografias e temporalidades envolvidas, é no plano da significação fendida, do inacabamento estruturante que as entrevistas se definem e se organizam como narrativas abertas e atravessadas por uma diversidade de temas e questões.

Até agora o projeto caminhou através da coletânea não classificada de seu acervo, já que suas entrevistas são realizadas em tempos distintos, por grupos de entrevistadores/entrevistados múltiplos. Tal forma de construção do acervo influencia a execução/condução da coleta de depoimentos, centrada no entrevistado e no seu papel no contexto

de dado assentamento humano do qual é nativo. Ainda não foi sistematizada no desenvolvimento do projeto uma forma de gerir o acervo e seu corpus documental, mas predomina em sua construção uma preeminência da visibilidade dos depoentes em detrimento de recortes temáticos de natureza teórica que, embora útil a futuros pesquisadores, contamina a escuta e colocaria em segundo plano a riqueza dos depoimentos enquanto histórias de vida perpassadas por inúmeras questões e temas colocados, tanto pelos depoentes quanto pelos entrevistadores, na construção das ricas e diversificadas narrativas que compõem o acervo.

Cabe ainda observar que a iconografia surge neste projeto como expressão de uma memória imagem, tema ainda a ser explorado em toda sua intensidade. Mas tal questão merece a geografia de um novo artigo.

---

i DELEUZE, Gilles. Diálogos Gilles Deleuze/Claire Parnet. SP: Editora Escuta, 1998, p.9.

ii PORTELLI, Alessandro. Entrevista com Alessandro Portelli. Revista Historiar - Universidade Estadual Vale do Acaraú – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2010. ISSN 2176-3267 <https://historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/53>. Consultado em 29 de abril de 2021.

iii PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>. Consultado em 29 de abril de 2021.

iv Sobre tal questão vale conferir CAVALCANTE, Erinaldo Vicente, SOARES, Fagno da Silva. História Oral entre Reflexões e Memórias. Revisitando o Percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico in Revista Observatório. Vol. 2, Especial 1, maio 2016 disponível em <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p426> consultado em 29 de abril de 2021.

“A adoção da metodologia da história oral está relacionada à possibilidade de ruptura com a tradição positivista da história no sentido mais amplo. Quero destacar “a possibilidade de ruptura” porque é possível encontrar dissertações e teses entre outros trabalhos de pesquisa que utilizam a fonte oral de memória, sem considerar as implicações metodológicas e teóricas a que estas remetem. Entre os aspectos que caracterizam mais propriamente esta fonte documental, destaco: primeiro a dimensão de uma fonte em que o pesquisador participa de sua elaboração, já que essa é construída por meio de entrevistas; segundo, uma fonte produzida sempre a partir do momento presente, em que o lembrar não prescinde das incontáveis ressignificações das experiências vivenciadas no cotidiano. Esses dois aspectos, entre outros, remetem a múltiplas questões que devem exigir dos historiadores uma maior atenção metodológica. Lembro-me de um historiador considerado uma referência no estudo do movimento operário, mas que não aceitava de forma nenhuma a utilização da entrevista oral de memória nas pesquisas históricas. Seu argumento era o de que uma certa vez foi entrevistar um operário já idoso e que tinha tido papel de relevo em diversas greves, mas ele fazia a maior confusão com as datas. E em seguida comentava: “Como posso confiar numa fonte como esta?”. Este comentário revela completo desconhecimento das teorias que estudam a memória. Avalio que a ruptura com a tradição positivista – além dos fatores políticos e sociais que comentei – teve no Brasil a influência da publicação de algumas obras, como *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Edward Palmer Thompson, *A Instituição Imaginária da Sociedade* de Cornelius Castoriadis, a coletânea de artigos e entrevistas de Michel Foucault traduzidas e

---

organizadas por Roberto Machado no livro *Microfísica do Poder*, o livro *O Queijo e os Vermes* de Carlo Ginzburg e a coletânea em três volumes, *Walter Benjamin – Obras Escolhidas*. Estas concorreram de diferentes maneiras para importantes deslocamentos metodológicos em nossa área e para, de maneira fundamental, flexibilizar o espectro das fontes documentais disponíveis, sobretudo orais, visuais e literárias. No meu ponto de vista, esse conjunto de obras – além de outras – concorreu para romper com um dos conceitos que fundamentava a visão histórica até então dominante, o conceito de totalidade. No esteio da crítica a este conceito, também teve forte influência a problematização do conceito de verdade, de causalidade, de poder, de classe e de realidade”.

v PAULILO, Maria Angela Silveira. *A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida* [https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm). Consultado em 29 de abril de 2021.

vi RODRIGUES, Heliane de Barros Rodrigues. *Análise institucional, Genealogia, História Oral: Fabricando intercessores em pesquisa e intervenção*, 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019, p.223  
vii Idem p.221.

viii PORTELLI, Alessandro. *História Oral e Memórias*. Entrevista com Alessandro in Portelli. *História e Perspectivas*, Uberlândia (50): 197-226, jan./jun. 2014 <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/27504/15080/0>. Consultado em 29 de abril de 2021.

ix DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. SP: Editora 34, 1999, 1º ed., p.42.

x VIEILLARD-BARON, Jean Louis. *Compreender Bergson*. Petrópolis: Vozes, 2007 (série Compreender), p. 24.

xi PELBERT, Peter Pal, *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. , 1º ed., 2ª reimpressão. SP: Iluminuras, 2011, p. 175.

xii BERGSON. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. SP: Editora WMF Martins Fontes, 4º edição, 2010, p. 280-281.

xiii A tese sobre o tempo formulada por Bergson é assim resumida por Deleuze:

“Temos, em demasia, o hábito de pensar em termos de ‘presente’. Acreditamos que um presente só passa quando um outro presente o substitui. Reflitamos, porém: como adviria um novo presente, se o antigo presente não passasse ao mesmo tempo em que é presente? Como um presente qualquer passaria, se ele não fosse passado ao mesmo tempo que presente? O passado jamais se constituiria, se ele já não tivesse se constituído inicialmente, ao mesmo tempo, em que foi presente. Há aí como que uma posição fundamental do tempo, e também o mais profundo paradoxo da memória: o passado é ‘contemporâneo’ do presente que ele foi. Se o passado tivesse que aguardar pra já não ser, se ele não fosse ‘passado em geral’, desde já e agora que se passou, ele jamais poderia vir a ser o que é, ele jamais seria este passado. Se ele não se constituísse imediatamente, ele não poderia ser depois reconstituído a partir de um presente ulterior. O passado jamais se constituiria se ele não coexistisse com o presente do qual ele é o passado. O passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente que não para de passar; o outro, que é o passado que não para de ser, mas pelo qual todos os presentes passam. É nesse sentido que há um passado puro, uma espécie de ‘passado em geral’: um passado que não segue o presente, mas, ao contrário, é suposto por este como a condição pura sem a qual este não passaria. Em outros termos, cada presente remete a si mesmo como passado. Uma tese como esta só tem como equivalente a tese da Reminiscência, do Platão. Também esta afirma um ser puro do passado, um ser em si do passado, uma Memória ontológica capaz de servir de fundamento ao desenrolar do tempo. Uma vez mais se faz sentir, profundamente, uma inspiração platônica em Bergson”. DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. SP: Editora 34, 1999, 1º ed. p.45-46.

---

xiv HARTOG, François. Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. 1º ed. 2º reimpressão. BH: Autêntica Editora, 2015 (Coleção História e Historiografia), p.260.  
xv IDEM p.13.  
xvi CUNHA, Gabiel Tollery Fraga Corrêa da, Henri. Bergson e o ensino de História. 1º ed. Curitiba: Appris, 2018, p.158/159.  
xvii IDEM p. 167.

## BIBLIOGRAFIA

BERGSON. Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. SP: Editora WMF Martins Fontes, 4º edição, 2010.

CAVALCANTE, Erinaldo Vicente, SOARES, Fagno da Silva. História Oral entre Reflexões e Memórias. Revisitando o Percurso de Antônio Torres Montenegro e suas trilhas metodológicas do fazer historiográfico in Revista Observatório. Vol 2, Especial 1, maio 2016 disponível em <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2016v2especial1p426>. Consultado em 29 de abril de 2021.

CUNHA, Gabiel Tollery Fraga Corrêa da, Henri. Bergson e o ensino de História. 1º ed. Curitiba: Appris, 2018.

DELEUZE, Guilles. Bergsonismo. SP: Editora 34, 1999, 1º ed.

DELEUZE, Guilles. Diálogos Gilles Deleuze/Claire Parnet. SP: Editora Escuta, 1998.

HARTOG, François. Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo. 1º ed. 2º reimpressão. BH: Autêntica Editora, 2015 (Coleção História e Historiografia).

PELBERT, Peter Pal, Vida Capital: ensaios de biopolítica. , 1º ed. segunda reimpressão. SP: Iluminuras, 2011.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Memórias. Entrevista com Alessandro in Portelli. História e Perspectivas, Uberlândia (50): 197-226 jan./jun. 2014 <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/27504/15080/0>. Consultado em 29 de abril de 2021

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>. Consultado em 29 de abril de 2021.

PAULILO, Maria Angela Silveira. A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida [https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v2n1\\_pesquisa.htm](https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n1_pesquisa.htm). Consultado em 29 de abril de 2021.

RODRIGUES, Heliane de Barros Rodrigues. Análise institucional, Genealogia, História Oral: Fabricando intercessores em pesquisa e intervenção. 1ed. Curitiba: Appris, 2019.

VIEILLARD-BARON, Jean Louis. Compreender Bergson. Petrópolis: Vozes, 2007 (Série Compreender).

---